

# A Experiência Psicanalítica na Investigação Social: Considerações sobre método

*The Psychoanalytical Experience in  
Social Investigation: Notes about  
method*

**Klecia Renata de Oliveira Batista, Eduardo Leal Cunha**

## Resumo

O artigo pretende investigar as condições de possibilidade de uma interrogação psicanalítica da cultura e da sociedade, partindo de considerações sobre a técnica psicanalítica e sua incorporação enquanto método de pesquisa em psicologia social. Exploraremos inicialmente a noção de experiência psicanalítica, procurando demonstrar como a demarcação dos elementos capazes de produzir tal experiência – transferência e interpretação – garante o rigor do conhecimento produzido e permite delimitar modos possíveis de instauração desta experiência fora do setting terapêutico, admitindo ao analista a inserção no campo dos fenômenos sociais e culturais. Por fim, proporemos que tais elementos e, portanto, as condições de possibilidade da experiência analítica no campo da psicologia social, referem-se menos ao estabelecimento de procedimentos - ou seja, a uma técnica - e mais à afirmação de uma postura - ou seja, a uma ética. Como ilustração, utilizaremos fragmentos de uma pesquisa psicanalítica de campo realizada com uma torcida organizada de futebol.

## Palavras-chave

Experiência psicanalítica; transferência; interpretação.

## Abstract

*This paper intends to investigate the conditions that allow a psychoanalytical interrogation of the culture and society starting from considerations on the psychoanalytical technique and its incorporation as a research method in social psychology. Initially we will explore the idea of psychoanalytical experience, demonstrating how the demarcation of the elements which produce such experience – transference and interpretation – guarantees the*

**Klecia Renata de  
Oliveira Batista**  
Universidade do Estado do  
Rio de Janeiro

Mestre em Psicologia Social  
(UFS); Doutoranda em Saúde  
Coletiva (IMS-UERJ).

[klecia\\_rob@hotmail.com](mailto:klecia_rob@hotmail.com)

**Eduardo Leal Cunha**  
Universidade Federal de  
Sergipe

Doutor em Saúde Coletiva (IMS-  
UERJ); Professor do Núcleo de  
Pós-Graduação em Psicologia  
Social e do Departamento de  
Psicologia da UFS.

[dudalealc@uol.com.br](mailto:dudalealc@uol.com.br)

*accuracy of knowledge and allows to delimitate possible forms of establishment of this experience outside the therapeutic setting. In other words, the delimitation of such elements allows the psychoanalytical experience in the field of social psychology. Finally we will argue that the set of such elements refers less to the establishment of procedures – in other words, a technique – and more to the affirmation of a posture – in other words, an ethics. As illustrated, we will use fragments of a psychoanalytical field research done in a brazilian association of soccer supporters.*

### Keywords

*Psychoanalytical experience; transference; interpretation.*

## A Experiência Psicanalítica na Investigação Social: Considerações sobre método

O ponto de partida deste artigo é um questionamento acerca da investigação psicanalítica de fenômenos sócio-culturais, o qual, no caso da discussão que se segue, está vinculado à inserção dos autores no campo da psicologia social e à eleição de um objeto de pesquisa específico: as torcidas organizadas de futebol e seu lugar na sociedade brasileira. Esta pesquisa teve a psicanálise freudiana como perspectiva teórica e a proposta metodológica foi, desde o início, um trabalho de campo, no qual nos inserimos em uma agremiação torcedora durante o período de um ano<sup>12</sup>. Foi a partir desta conjuntura que a questão que vem mobilizado muitos psicanalistas desde o próprio Freud se colocou para nós, a saber: o que pode a psicanálise diante do social?

Aquela mesma pesquisa, em conjunto com uma parte da bibliografia existente sobre o tema, nos forneceu possibilidades de pensar caminhos para responder a essa questão. Vale ressaltar que o fio condutor, tanto da bibliografia escolhida quanto da condução da experiência de investigação aqui apresentada, é a psicanálise freudiana e seus desdobramentos e reflexões mais atuais.

Assim, em primeiro lugar é válido destacar que Freud não limitou sua elaboração teórica ao campo de uma clínica terapêutica individual. Seus chamados textos sociológicos – entre os quais se destacam *Tótem y Tabú* (1986 [1913b]), *El porvenir de una ilusión* (1986 [1927]), *El malestar en la cultura* (1986 [1930]) e *Psicología de las masas y análisis del yo* (1984 [1921]) – dão sinal das possibilidades que se abrem entre psicanálise e social.

Em 1913, por exemplo, Freud escreve ainda *El interés por el psicoanálisis* (1986 [1913a]), no qual apresenta a psicanálise como uma jovem ciência que está em contato com diversas esferas do conhecimento na medida em que estas estariam diretamente relacionadas com as patologias da vida mental. Dentre as áreas de conhecimento apresentadas por Freud nesse texto, merece destaque aqui a história da civilização (moderna). Ao se referir a esta relação, o criador da psicanálise enuncia a possibilidade de uma aplicação dos seus pontos de vista, hipóteses e descobertas a grandes instituições culturais (FREUD, 1986 [1913a]). Seguindo esse rastro freudiano, muitos pensadores e ensaístas escreveram e vem escrevendo sobre os mais variados objetos sociais e culturais, a partir dos mais diferentes campos específicos de conhecimento e tomando a psicanálise como referencial teórico.

Algumas ressalvas, no entanto, devem ser feitas a respeito desse movimento, que se refere, enfim, a um trabalho de *aplicação* da psicanálise. Quando se fala em *psicanálise aplicada* é inevitável pensar em sua contrapartida: uma suposta *psicanálise pura*. Esta última, denominada de *psicanálise stricto sensu* por Mezan (2002), teria um caráter de pureza por tratar de questões psicanalíticas no sentido mais convencional, vinculadas direta ou estritamente à vida individual e ao adoecimento psíquico, ou seja, também necessariamente a uma psicopatologia e tendo como ponto de ancoragem os problemas vividos pelo analista em sua prática cotidiana. Dentro dessa concepção, somente a partir da investigação *stricto sensu* das questões clínico-terapêuticas, o corpo teórico próprio da psicanálise seria colocado em movimento. Em outros termos, seria a clínica terapêutica o único campo no qual o psicanalista estaria autorizado a produzir conhecimento. A *psicanálise aplicada*, por outro lado, seria concebida como a simples utilização das teorizações advindas da *psicanálise pura* em leituras e compreensões de questões sociais ou culturais. Nesse sentido, haveria

### 1

Pesquisa realizada nos anos de 2009-2010, cujos resultados foram apresentados na forma de dissertação de mestrado intitulada 'Entre torcer e ser banido vamos nos (re)organizar: um estudo psicanalítico da Torcida Trovão Azul', defendida em maio de 2011 no núcleo de pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe. A dissertação foi escrita por Klecia Renata de Oliveira Batista, sob orientação de Eduardo Leal Cunha.

### 2

A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal do Nível Superior (CAPES), pelos programas de Bolsa DS e PROCAD-NF.

### 3

As citações diretas da obra freudiana são todas traduções nossas da versão argentina, pela qual optamos aqui. O motivo dessa escolha reside no fato de, nesta edição, toda a obra de Freud encontrar-se diretamente traduzida do alemão para o espanhol, enquanto as traduções diretas do alemão para o português ainda não foram completadas.

uma superposição entre prática terapêutica e teoria, à custa de uma desvalorização do social enquanto campo de produção teórica.

Esta separação traz à tona um conjunto de dificuldades entre as quais uma deve ser enfatizada no percurso aqui delineado. Trata-se de um problema levantado pelo método psicanalítico, para o qual alguns psicanalistas vem chamando atenção. Rosa (2004), por exemplo, afirma que quando se *aplica* psicanálise a qualquer fenômeno, a interpretação obtida não provém do inconsciente e tem sua legitimidade comprometida. Mezan (2002, p. 419), por sua vez, insiste que se existe alguma diferença entre psicanálise *stricto sensu* e *psicanálise aplicada*, ela não reside na suposta impureza ou bastardia da reflexão psicanalítica dos fatos sociais ou obras culturais, “como se o analista somente pudesse realizar contribuições relevantes escutando pacientes em regime de atenção flutuante”. Plon (1999) assegura que, em Freud, a análise de fenômenos sociais e objetos culturais teve como objetivo não apenas demonstrar as descobertas da clínica individual, mas sobretudo desenvolver a teoria em seus aspectos mais obscuros.

O ponto de convergência destas críticas à *psicanálise aplicada* é, em última instância, aquilo a que Freud (1986 [1910]) nomeou de *psicanálise selvagem*, cuja principal característica é uma exterioridade entre corpo teórico psicanalítico e fenômenos observados. Em outros termos, é psicanálise selvagem quando o trabalho de interpretação se dá, exclusivamente, a partir de um saber prévio do analista, sem contar com as associações livres do paciente e sem, portanto, se vincular ao trabalho psíquico de elaboração que este deve, necessariamente, realizar para a superação das resistências. Uma interpretação desse tipo, afirma Freud (1986 [1914]), fortalece ainda mais a resistência e turva o encaminhamento do processo analítico; a interpretação, enfim, é um trabalho conjunto entre analista e analisando e, por esse motivo, não deve ser imposta a este último por um saber anterior. O conhecimento das resistências e dos impulsos pulsionais está vinculado à vivência que paciente e analista tem dos mesmos ao longo da análise e a comunicação somente é eficaz quando o primeiro está em condições de se enfrontar com as resistências, de elaborá-las e prosseguir apesar delas (FREUD, 1986 [1914]). Sobre o empreendimento ao qual Freud critica e ao qual atribui a característica de selvagem, ele diz: “ao médico não basta, então, conhecer alguns dos achados da psicanálise; é preciso também familiarizar-se com a técnica se deseja guiar seu procedimento médico por um ponto de vista psicanalítico”<sup>3</sup> (FREUD, 1986 [1910], p. 226).

Que técnica é esta com a qual o psicanalista deve estar familiarizado para que seu trabalho ainda se situe no campo da psicanálise? O que a define? Esta é certamente uma questão crucial, sobretudo quando se considera que Freud escreveu, entre 1911 e 1915, artigos que versam sobre os procedimentos clínicos adotados na condução de tratamentos psicanalíticos, aos quais se convencionou chamar de *Artigos sobre a Técnica*. É necessário chamar atenção, contudo, para certa relutância que Freud demonstrou quanto à publicação desses escritos.

[Essa relutância é] assumida em função de uma série de razões [...] que vão desde a preocupação por parte de Freud de que os pacientes viessem a conhecer demais sobre os pormenores de sua técnica, até o ponto talvez mais decisivo e importante, e explicitamente assumido por Freud, nas inúmeras ressalvas com que introduz cada um dos artigos. Trata-se de seu ceticismo quanto ao valor de manuais de explicitação técnica dirigido a principiantes; sua oposição a qualquer ‘mecanização da técnica’ (FREUD, 2006 [1913], p. 164). Freud justifica tal postura com base no fato de os fatores envolvidos – incluída aí a constituição pessoal do analista – serem complexos e variados demais para permitirem regras firmes e definidas, mas mais radicalmente, no fato de que tais regras só poderiam ter algum

valor na medida em que fossem encarnadas, incorporadas por assim dizer na própria posição subjetiva daquele que ocupa a posição do analista (SILVA; SILVA; COSTA-MOURA, 2009, p.106).

Em outras palavras, a técnica com a qual o psicanalista deve estar familiarizado quando se dedica a uma investigação não está oferecida de antemão pelo texto freudiano. O que está ali prescrito é a precedência da experiência clínica na concepção dessas técnicas. Ali sim, no campo da experiência, alguns princípios foram bem estabelecidos ao longo da obra de Freud, de tal forma que se constitui um modelo específico da *experiência psicanalítica*.

Aqui se enuncia, então, o argumento central deste trabalho: a investigação legitimamente psicanalítica do social repousa sobre o estabelecimento de uma forma específica de experiência; não na pura interpretação dos fenômenos sociais a partir do corpo teórico e das hipóteses sobre o funcionamento psíquico desenvolvidas na clínica individual, nem, por outro lado, apenas sobre a aplicação de técnicas e procedimentos igualmente derivados da situação terapêutica.

Tal argumento se apoiará, ainda, na experiência de pesquisa realizada junto a uma torcida organizada de futebol. Em linhas gerais, esta pesquisa teve por objetivo inicial investigar o funcionamento de uma agremiação torcedora. Com a entrada em campo, um problema mais específico se delineou: quais os laços que sustentam aquele tipo de formação grupal, pressupondo-se que esses laços permitam compreender os episódios de violência nos quais a torcida está frequentemente envolvida? Uma demanda do grupo por reconhecimento e auto-regulação logo se colocou na cena da investigação. Essa demanda era especialmente fortalecida naquele momento em que o grupo se encontrava diante de muitas ameaças de banimento, precisamente por conta dos episódios de violência entre torcidas organizadas. A partir do campo transferencial que se instaurou, dos lugares que o investigador foi colocado, da postura que o mesmo assumiu nesse campo e das interpretações aí formuladas, essa demanda foi conhecida, ao mesmo tempo em que indicações acerca do funcionamento da torcida surgiram, possibilitando a emergência de sentidos para o problema colocado, bem como a formulação de novas perguntas e inquietações.

## A Experiência Psicanalítica

A partir do exposto, afirma-se que a investigação psicanalítica do social não deve, por um lado, ser aplicação da teoria psicanalítica – como se esta constituísse um sistema teórico pronto – aos objetos estudados. Por outro lado, também não deve se restringir ao uso de um conjunto de técnicas – supostamente universais –, pois estas são apenas recomendações emergidas de uma experiência clínica particular. A grande questão que surge dessa afirmação é, enfim, acerca dos elementos que se mantêm como eixo da psicanálise e que de certo modo a definem, já que teoria e técnicas estão passíveis de desenvolvimento.

Para responder a essa questão, um passo importante é a exploração do caminho percorrido por Freud, desde os primeiros passos na clínica até o ponto em que elaborou os já referidos *Artigos sobre a Técnica*. O ponto de partida foram os tratamentos das pacientes histéricas. Esses tratamentos eram baseados em procedimentos hipnóticos, através dos quais algum sucesso na remoção dos sintomas podia ser obtido. Mas isso não foi suficiente pra Freud. Apesar desse sucesso, a hipnose não permitia uma investigação direta das origens dos sintomas e do que caracterizava a histeria. Este problema, somado à dificuldade que Freud encontrava em hipnotizar uma parte de seus pacientes, o obrigou a abandonar esse tipo de

procedimento. Na vertente teórica, uma ideia estava já bem estabelecida: um evento traumático, ao ser retirado da consciência, havia causado uma dissociação psíquica. Seria a recordação desse evento que permitiria a descarga emocional, mas eis a questão de Freud: “como induzir o paciente a se recordar eventos traumáticos sem recorrer à hipnose?” (MEZAN, 2006, p.16). A solução foi a chamada técnica da concentração que consistia, em poucas palavras, em pressionar a testa do paciente com o dedo e sugerir que ele se lembrasse do evento traumático. Ao lançar mão da técnica da concentração, Freud se deparou, no entanto, com a recusa dos pacientes em comunicar suas lembranças e surgiu aí o protótipo do conceito de resistência, um dos conceitos-chave do desenvolvimento da técnica psicanalítica, como se depreende das palavras do próprio Freud (1986 [1914], p. 149):

Depois que se renunciou à hipnose, passou para primeiro plano a tarefa de inferir, a partir das associações livres do analisando, aquilo que ele não conseguia recordar. Pretendia-se contornar a resistência mediante o trabalho de interpretação e a comunicação dos seus resultados ao doente; assim, mantinha-se o foco sobre as situações em que se tinham formado os sintomas e sobre aquelas outras que se verificava estarem por trás do momento em que surgira a doença; em contrapartida, a ab-reação era relegada a segundo plano e parecia ser substituída pelo dispêndio de trabalho que o analisando tinha que fazer para superar, como lhe era prescrito (em obediência à regra fundamental), a crítica a suas associações.

No registro teórico, portanto, o conceito de resistência foi colocado no núcleo dos fundamentos do desenvolvimento da psicanálise. Na esfera das técnicas, correspondendo a isto, o objetivo da análise passou a ser “em termos descritivos: preencher as lacunas da recordação; em termos dinâmicos: superar das resistências da repressão” (FREUD, 1986 [1914], p.149-150). Foi com esse objetivo em mente que Freud lançou mão da técnica da associação livre, a partir da qual a recordação dos eventos traumáticos seria possível através das interpretações que o analista faria dos momentos em que essas associações fossem interrompidas.

Seguindo esse modo de fazer, Freud chegou a uma constatação que o fez repensar suas concepções teóricas e refletiu-se diretamente nas recomendações técnicas. Trata-se da idéia de que existe um grupo de eventos psíquicos que estabelecem uma relação especial com o recordar: algo que não poderia jamais ser esquecido, por não ter sido, em nenhum momento, percebido. O que se tem agora é uma ampliação da categoria de recalque, que até então vinha sendo utilizada no texto freudiano com referência a um esquecimento – ainda que não consciente – de um evento traumático. Recalca-se não só eventos e conteúdos factuais, mas também, e sobretudo, impulsos pulsionais e fantasias. O impacto que isso tem sobre a técnica psicanalítica se deve ao fato de que, embora nunca tenham sido conscientes, a lembrança desses elementos tem, no processo psicanalítico, o mesmo efeito de qualquer outra. Com isso, o processo psicanalítico não mais se preocupa em buscar explicações ou origens de um problema específico em experiências traumáticas do passado, constituindo-se como um meio de estudar a estrutura psíquica a partir da sua superfície: o modo como o psiquismo se organiza e funciona no presente em função de como se apresenta naquela experiência particular (FREUD, 1986 [1914]). Isso não quer dizer irrelevância do passado. Pelo contrário, o passado continua sendo buscado como uma forma de compreender esse funcionamento psíquico atual. Mas a partir dessas constatações, esse passado deixa de ser buscado pela via da recordação e passa a ser produzido pela via da interpretação na relação analista-analisando.

Eis o cerne do que se denomina, então, experiência psicanalítica. O objeto da psicanálise – o inconsciente – não é um conjunto de conteúdos que foram esquecidos/ retirados da consciência e precisam ser lembrados, como se a interpretação fosse sinônimo de desvelamento ou descobrimento. Antes disso, o inconsciente é produção e é, sobretudo, efeito da interpretação, que, por sua vez, é atribuição de sentidos. As interpretações não emergem do vazio: elas se baseiam em elementos mínimos – traços, para usar a linguagem freudiana – que aparecem em uma relação intersubjetiva. Relação que é, por definição, transferencial.

Foi no campo da experiência transferencial, pretendendo realizar a escuta interpretante de uma história desejante e procurando viabilizar os destinos das intensidades pulsionais no psiquismo, que se constituiu o campo da empiria freudiana. [...] não existe aplicação da psicanálise na exterioridade da experiência de transferência, sendo esta que define a espessura e o diapasão trágico da interlocução psicanalítica. (BIRMAN, 1994, p.26-27)

A partir daí insiste-se, ainda com Birman (1994), que a psicanálise não pode ser identificada com o exercício virtuoso de uma técnica específica. A técnica é extremamente variável, desde que seja respeitado, como garantia de rigor, a instauração de uma experiência que é assumidamente transferencial.

Vale dizer que todas estas indicações são apenas aparentemente estritas à psicanálise enquanto procedimento terapêutico. Pois, como deixou claro Freud (1984 [1923]), a vertente clínico-terapêutica da psicanálise é indissociável de outras duas: a psicanálise como um procedimento para a investigação de processos psíquicos e a psicanálise enquanto uma série de conhecimentos que, gradualmente passam a constituir uma nova disciplina. Nesse sentido, a investigação psicanalítica é, ela própria, inseparável da experiência psicanalítica centrada na transferência e na produção de interpretações. Tais elementos constituem, portanto, ao mesmo tempo, as condições para a ampliação do sentido da clínica e, deste modo, acreditamos, para a inserção do analista nos campos da sociedade e da cultura.

## Transferência e Interpretação

Quando Freud abre mão da interpretação como desvelamento e passa a concebê-la como uma arte cujo pano de fundo é a experiência transferencial, é porque ele percebe que uma relação intersubjetiva como esta coloca em cena muitos elementos sobre os quais podem resultar interpretações dotadas de sentido para o problema inicial. Este problema não se limita, absolutamente, à queixa apresentada pelo paciente. A queixa é, ou se torna, secundária no encaminhamento do trabalho analítico. O verdadeiro problema para o qual a investigação psicanalítica se volta é da ordem de uma demanda. A demanda é sempre endereçada a outrem: na relação com o analista, ela é posta em jogo através da queixa, embora a queixa nem sempre apresente o analista à demanda. É na maneira como esta queixa é enunciada que o analista apreende o que o paciente está demandando – e para quem aquela demanda se dirige - naquele momento inicial do processo psicanalítico. É a postura do psicanalista diante do aparecimento da demanda que instaura a relação transferencial e, portanto, a própria experiência psicanalítica. Outra maneira de falar sobre isso é recorrendo à categoria laciana de *sujeito suposto ao saber*.



Para Lacan, todo aquele que emite um discurso o faz inconscientemente, encaminhando-o a um outro, que Lacan chama de o Grande Outro e que, em rigor, dará o verdadeiro sentido do discurso, de modo tal que o sujeito consciente se vê surpreendido porque sempre diz a mais ou a menos do que pensava e encontra-se com um dito, cujo sentido ele desconhecia, revelando que o inconsciente - estruturado como uma linguagem - contém um saber do qual o sujeito nada sabe. Quando este discurso e sua verdade são colocados, parecem vir de um outro ao qual, inconscientemente, ia dirigido (BAREMBLITT, 1996, p.70).

O sujeito suposto ao saber aparece, nesse quadro, como esse outro ao qual o sentido do discurso será direcionado e, assim, se configura como a estratégia pivô da condução da análise, seja como procedimento terapêutico, seja como estratégia de investigação do inconsciente e da economia psíquica. Vale dizer que essa estratégia fundamental se instaura, na clínica terapêutica, já antes do momento em que o analisando chega ao consultório do analista. Mais uma vez, é a postura do último diante da demanda aí manifestada que possibilita a montagem de uma experiência psicanalítica apoiada na relação transferencial.

Um tópico importante, dentro desse quadro, é a asserção de que a emergência de demanda não é restrita à psicanálise enquanto clínica do individual. Freud nos alerta quanto a isso ao afirmar que a transferência é um fenômeno geral, potencializado pelo *setting* analítico, mas não restrito a ele. E, de todo modo, isso pode ser considerado evidente uma vez que foi dito que a experiência psicanalítica fornece as condições para uma clínica extramuros e que essa experiência se instala a partir do surgimento da demanda. A única diferença, nesse caso, é que na clínica do individual essa demanda é trazida pelo paciente a partir de uma queixa. Na investigação de fenômenos sociais, a queixa/problema de pesquisa só é elaborada *a posteriori*, a partir da própria inserção em campo, já que em geral nesse caso é o analista que busca inicialmente o encontro com aquele que fala e não contrário, fazendo assim que o primeiro passo a ser dado seja necessariamente o deslocamento do interesse - dito científico - do investigador para a queixa dos sujeitos ou grupo pesquisado, que deve então ocupar o centro da cena.

Na pesquisa de campo empreendida em uma torcida organizada de futebol, e que nos serve aqui de referência à reflexão teórico-metodológica, a presença do pesquisador motivou, por parte dos integrantes da agremiação, um repertório de falas e, sobretudo, de ausência de falas, através do qual esse mesmo pesquisador foi consagrado como detentor da verdade sobre o grupo e o responsável pela resolução do problema a ser enfrentado naquele momento. É importante deixar claro que esse problema - a ameaça que os representantes do Estado imputavam sobre a agremiação de dissolução da mesma por conta de episódios de violência e a associação destes episódios com o modo de funcionamento do grupo - foi levantado como problema de pesquisa ao longo do próprio trabalho de campo. Isso deve ser dito porque, conforme anteriormente assinalado, um problema só é legítimo para produção de conhecimento em psicanálise quando ele é colocado pelo sujeito ou pelo campo de análise. Assim, no momento em que a torcida organizada apresentou uma queixa-problema, uma demanda inconsciente se estabeleceu: demanda por reconhecimento como um grupo autônomo e capaz de auto-regulação. O analista é colocado justamente nesse lugar de quem pode oferecer tal reconhecimento, por exemplo, quando ao longo dos encontros os integrantes sinalizam que 'a convivência vai mostrar que os torcedores não são violentos'.

Se é a postura do psicanalista diante das demandas apresentadas no trabalho psicanalítico que possibilita o início efetivo da experiência psicanalítica, uma nova indagação se coloca: que postura é essa? Aqui reside



um fundamento da clínica psicanalítica: a postura de abstinência, sobre a qual se apóia a técnica da escuta flutuante. Diz Freud (1986 [1915], p. 168):

A terapia tem de ser conduzida na abstinência; mas com isto não quero me referir à privação física, nem à privação de tudo o que se deseja, pois provavelmente nenhum paciente suportaria isso. O que eu quero é estabelecer o seguinte princípio: é preciso deixar que a necessidade e o anseio do paciente continuem a existir, como forças impulsionadoras do trabalho e da mudança.

Trata-se, assim, de não responder às demandas do analisando ou do campo de investigação. De se manter analista diante dessas demandas. De tomá-las como mais um dado a ser investigado. Essa postura é essencial para o estabelecimento de uma experiência transferencial e não se restringe a esse momento inicial do trabalho psicanalítico. Na verdade, por ser um dos fundamentos da clínica, ela assegura a manutenção de um campo transferencial de forma duradoura.

Essa permanência é necessária e a transferência ocupa estatuto tão central na psicanálise porque, conforme Freud (1986 [1914]) deixou claro, é na transferência entre analisando e analista, na situação terapêutica, que aparece o material – demasiadamente fragmentado – necessário para que alguma compreensão das formas de ser do sujeito em análise seja possível e, portanto, para que sentidos outros, diferentes daqueles que lhe paralisam naquelas formas de ser, sejam pensados. De forma análoga, quando um investigador psicanalista se volta para o estudo de um fenômeno social ou de um objeto cultural, essa experiência na qual o analista é colocado em determinada posição de investimento afetivo é essencial para o passo seguinte.

Desde seus primeiros escritos sobre a transferência, Freud associou esse fenômeno com a resistência (FREUD, 1986 [1915]) e, ao mesmo tempo, buscou demonstrar que ele não cabe nos limites de um consultório terapêutico. As relações humanas – ou os laços sociais, como Freud (1984 [1921]) preferiu afirmar – estão permeadas por afetos ou intensidades que são inconscientes, que fazem parte de um funcionamento inconsciente. A resistência opera contra os objetivos do trabalho analítico, estejam estes ligados à recordação ou associados ao conhecimento de um funcionamento inconsciente através da arte da interpretação. Nesse sentido, a transferência serve à resistência, pois repetir impede que outras formas de estabelecimentos de laços sejam experimentadas ou, em termos metapsicológicos, que outras formas de investimento libidinal sejam estabelecidas.

Ao mesmo tempo que é resistência, contudo, a transferência oferece ao analista uma possibilidade de quebrar as resistências. O manejo da transferência, como Freud nomeou a certa altura essa possibilidade, consiste em tornar inócua a repetição, ao reconhecer-lhe direito e permitir-lhe vigorar naquele espaço privilegiado (FREUD, 1986 [1914]). Permitir vigorar é uma máxima completamente diferente de satisfazer as demandas que ali aparecem. Mais uma vez, portanto, afirma-se a importância da postura de abstinência na condução de um trabalho psicanalítico.

Conforme enunciado anteriormente, essa postura de abstinência serve-se, no caso da psicanálise freudiana, de uma técnica específica: a atenção flutuante. Esta, por sua vez, é a contrapartida da regra técnica fundamental estabelecida por Freud: a associação livre.

É relevante notar, mais uma vez, como esses dois princípios técnicos foram pensados a partir de experiências singulares de encaminhamento do tratamento psicanalítico, respeitando as condições pré-estabelecidas de promover nos pacientes um encontro com suas resistências. Nesse sentido,

deve-se destacar que, ao abandonar o tratamento hipnótico e catártico, Freud atribuiu um valor especial à palavra e esta passou a ocupar lugar central na psicanálise. Desde então, é a partir da fala que tem início toda uma trama de exploração do psiquismo dos sujeitos que chegam aos consultórios e que todo o edifício teórico-metodológico psicanalítico começa a ser erguido. Não à toa, uma das pacientes mais famosas dos primórdios da psicanálise, conhecida como Anna O., batizou o emergente tipo de tratamento de *talking cure* – cura pela fala. Assim, a regra técnica fundamental do trabalho analítico não poderia ser outra que não uma que estabeleça as condições necessárias para que o sujeito fale. Freud recomenda que um tratamento analítico seja conduzido desde o início, da seguinte maneira:

Ainda uma coisa, antes de você começar. Há um aspecto em que seu relato deve ser diferente de uma conversa normal. Enquanto nesta você procura manter um fio condutor naquilo que se expõe, e rejeita todas as associações perturbadoras e pensamentos secundários [...], aqui você deve proceder de outro modo. Você vai observar que durante o seu relato lhe ocorrerão pensamentos diversos, que você preferiria rejeitar, devido a certas objeções críticas. Terá a tentação de dizer a si mesmo: isso ou aquilo não vem ao caso, ou não tem importância alguma, ou é absurdo, e então não é preciso comunicá-lo. Nunca ceda a essa crítica; comunique-o apesar disso, ou melhor, precisamente por ter sentido essa relutância. Mais tarde, você vai perceber e entender a razão dessa regra – a única que deve seguir, na verdade. Portanto, diga tudo que lhe vier à mente (FREUD, 1986 [1913c], p.136).

Falar livremente foi a técnica recomendada por Freud em um trabalho terapêutico psicanalítico porque através dessa fala livre ele – Freud – em sua experiência particular, conseguiu fazer com que o sujeito esbarrasse nas resistências, intimamente associadas à instauração do campo transferencial. Em resumo, a centralidade que a fala assumiu na clínica terapêutica – que se faz ver na regra fundamental da associação livre – se deve à possibilidade que a mesma abriu para a investigação do funcionamento inconsciente.

Enfatize-se aqui que é invariável no método psicanalítico o aparecimento de uma relação transferencial a partir da qual as resistências possam ser exploradas. A técnica é sempre variável. Cabe a cada experiência singular encontrar os caminhos pelos quais aquela exploração seja viável. Dentro da clínica terapêutica, inclusive, a variabilidade é inevitável. A título de ilustração, pode-se citar a técnica ativa, elaborada por Sandor Ferenczi (1993 [1921]). Este último, contemporâneo e discípulo de Freud, se viu em algum momento diante da necessidade de incrementar os aspectos técnicos recomendados pelo seu predecessor, concebendo que uma maior atividade do analista dentro do *setting* terapêutico poderia ser favorável ao encaminhamento do tratamento. Isso não feriu, em qualquer hipótese, os fundamentos clínicos da psicanálise, pois o que estava em pauta na técnica ativa era precisamente a possibilidade de que o paciente continuasse associando e, assim, esbarrando nas resistências.

Do outro lado – do lado do analista, as associações livres são recebidas também segundo uma técnica específica: a já referida atenção flutuante.

[O psicanalista] deve voltar para o inconsciente emissor do doente seu próprio inconsciente como órgão receptor, colocar-se ante o analisando como o receptor do telefone se coloca em relação ao microfone. Da mesma maneira que o receptor transforma novamente em ondas sonoras as oscilações elétricas da linha provocadas por ondas sonoras, o inconsciente do médico está capacitado a reconstruir, a partir dos derivados do inconsciente que lhe foram comunicados, o inconsciente que determinou as associações do paciente. No entanto, se o médico tem que estar em condições para usar de tal forma seu inconsciente como instrumento na

análise, ele mesmo tem que satisfazer em grande medida uma condição psicológica. Ele não pode tolerar resistências que afastam de sua consciência o que seu inconsciente percebeu; Caso contrário, introduziria na análise um novo tipo de seleção e distorção, muito mais prejudicial do que aquela produzida pelo recurso à atenção consciente (FREUD, 1986 [1912], p.115).

Se há uma variabilidade de técnicas possíveis na condução da experiência psicanalítica, estas técnicas podem ser emprestadas das mais diversas disciplinas e utilizadas de forma a assegurarem que o psicanalista assuma a posição desejada em uma relação que é transferencial e que, dessa posição, interpretações venham a produzir algum sentido para o problema colocado.

Na experiência de pesquisa junto a uma torcida organizada de futebol, optou-se pela utilização da etnografia como técnica e da realização de algumas rodas de debate entre os integrantes interessados em participar, com o objetivo de investigar os sentidos que eram atribuídos pelos torcedores ao problema que fora ali levantado. É notável o fato que a fala, neste caso, continuou a ocupar lugar central. Mas foram as demandas inconscientes – e não as falas em si – que interessaram ao pesquisador e que foram, como deve ser, objetos de interpretações e atribuição de sentido. Assim, por exemplo, diante da não rara posição em que era colocado de porta-voz e defensor do grupo perante a sociedade e, sobretudo, perante os representantes do estado que vinham ameaçando o grupo de banimento, o analista permaneceu em sua postura abstinentes, sem confirmar ou negar sua capacidade de ‘salvar’ a agremiação torcedora das ameaças. Em meio a essas demandas, formularam-se algumas interpretações sobre a dinâmica inconsciente de funcionamento da agremiação torcedora.

Em meio a todos esses elementos apresentados na caracterização na experiência psicanalítica – transferência, posição de abstinência, atenção flutuante – é à interpretação que cabe a tarefa de enunciar os resultados da investigação, de dar algumas respostas ao problema inicial. Certamente, a ideia de interpretação como método de produção de respostas é passível de muitas críticas. Afinal de contas, uma interpretação é apenas uma interpretação, com toda a carga de arbitrariedade que lhe é inerente. É apenas uma forma de jogar com a ambigüidade de elementos manifestos.

Encontrando alimento na ambigüidade de um dado, a interpretação redobre, em si mesma, essa natureza ambígua: no transcorrer de uma negociação onde presto meus bons ofícios, posso protestar minha imparcialidade lembrando que ‘sou apenas o intérprete dos desejos de seu adversário B’. Mas quando fosse prestar contas a B dessa entrevista, este, inquietando-se por eu ter adiantado muita coisa em seu nome, logo se indignará: ‘isso foi uma interpretação sua de meu pensamento’ (LAPLANCHE, 1969, p.53).

Isso, à primeira vista, retira da interpretação qualquer possibilidade de se configurar como conhecimento empiricamente produzido. Seria uma das formas mais puras de atribuição subjetiva de sentido e, por isso, sem qualquer respeito, ou mesmo referência, à experiência. Esse, no entanto, não é o caso da interpretação psicanalítica. A argumentação precedente não deixa dúvidas quanto ao rigor que faz parte dessa produção: a interpretação psicanalítica se inscreve em uma experiência específica e segue princípios e fundamentos próprios da disciplina.

Na pesquisa aqui referida de uma torcida organizada de futebol, um dos fragmentos do qual emanou uma interpretação foi uma subdivisão interna do grupo, que se apresentava para o analista na distinção entre interessados e não interessados em participar da pesquisa. Associada à demanda antes

mencionada por reconhecimento da agremiação como grupo autônomo e capaz de auto-regulação, a interpretação que daí emergiu considerou a violência contra torcedores rivais como a forma prioritária que a agremiação encontrou para sustentação dos laços internos e, portanto, para garantia da sobrevivência do grupo. A subdivisão constituía uma maneira através da qual essa violência não era questionada. O pesquisador – enquanto detentor da posição de representante do estado – escuta a alegação de que a responsabilidade pelos atos de violência condenados pelo Estado pertence àquela parte desinteressada da pesquisa, que também seria a parte menos verdadeira da torcida. ‘Eles não são torcedores de verdade. Estão aqui só pra viajar com a torcida e pra brigar nas ruas’ - com essa alegação de que os torcedores violentos não são parte real da agremiação, apesar de vestirem a camisa da mesma, as barreiras da resistência permanecem intocáveis e o tema que subjaz à questão – a destrutividade – não aparece.

É importante enfatizar como essa interpretação, entre tantas outras, não se deu no vazio. A experiência transferencial baseada na estratégia do suposto saber trouxe, ao longo do trabalho de campo, uma série de elementos mínimos que, *a posteriori*, foram significados pelo analista e constituíram a base para essa interpretação. Isso, por sua vez, é resultado da técnica supracitada da atenção flutuante: não selecionar nenhum material como foco da investigação no momento em que a mesma ocorre, deixar-se entregue às determinações inconscientes.

A interpretação, contudo, não encerra o trabalho psicanalítico. No momento em que estas ‘descobertas’ são apresentadas para o grupo, elas respondem ao problema colocado. Este, porém, não é o propósito final do trabalho de interpretação, embora seja a conquista imediata. Ao pesquisador psicanalista não interessa chegar a respostas finais. A interpretação é, sempre, um trabalho preliminar, como deixa claro Freud (1986 [1914], p. 156-157):

A superação das resistências começa, como se sabe, com o ato do médico de descobri-las, pois o analisando nunca as percebeu, e comunicá-las a ele. No entanto, parece que os principiantes da análise se inclinam a confundir esse início com o trabalho da análise em sua totalidade. [...] nomear a resistência não pode produzir sua cessação imediata. É preciso dar tempo ao paciente para que ele se engaje na resistência até então não conhecida, para que a elabore e a supere, continuando o trabalho apesar dela.

Nesse trabalho de elaboração o analista não tem vez, não interfere e, principalmente, não tem ou oferece garantias. É um trabalho que só pertence ao analisando, ao fenômeno social, ao objeto cultural. “O médico nada pode fazer senão esperar e deixar as coisas seguirem um curso que não pode ser evitado, e tampouco acelerado” (FREUD, 1986 [1914], p. 157).

## Técnica ou Ética?

Ainda sobre esse trabalho de elaboração, pode-se pensar na pesquisa de campo aqui utilizada como referência – a investigação de uma torcida organizada de futebol – para produzir algumas reflexões. As interpretações ali formuladas foram tomadas, pelo psicanalista, como atribuições de sentido ao problema inicial que surgiu. A comunicação dessas interpretações deve se dar na forma de devolutiva de pesquisa. Esta apresentação se faz de uma maneira peculiar, no caso da psicanálise: as interpretações não são anunciadas como dados de uma realidade imutável do funcionamento do grupo e, mais ainda, não há, nessa apresentação, a pretensão de obter confirmação ou refutação, por parte dos torcedores quanto às respostas

apresentadas. Inevitavelmente, essa devolutiva dispara algumas reações, tanto de confirmação quanto de refutação. Essas manifestações, no entanto, podem ser tomadas como mais um dado de análise, mas não como parâmetro de avaliação da veracidade das interpretações. Esse parâmetro é oferecido pela experiência realizada, mas, mais do que isso, o que verdadeiramente importa para o analista é a capacidade que essas interpretações têm de mobilizar aquele funcionamento da agremiação e de possibilitar um trabalho interno, sobre o qual ele não tem controle, de rearranjos na economia dos laços ali estabelecidos. Eis o trabalho de elaboração, tal como Freud o concebeu.

Quanto à ausência de pretensão por uma verdade absoluta, é possível dizer que a própria idéia de experiência, ainda que rigorosa e com princípios exaustivamente claros e delimitados, é portadora disto. Em contraposição à idéia de experimento, a idéia de experiência coloca no centro da produção de conhecimento o sujeito que estuda, que investiga, “este saber das nossas trajetórias e valores, do qual podemos ou não ter consciência, corre subterrânea e clandestinamente, nos pressupostos não-ditos do nosso discurso científico” (SANTOS, 2011, p. 84).

No caso da psicanálise, a experiência transferencial, donde emergem as interpretações psicanalíticas, é uma experiência subjetiva singular. Mais do que isso, é uma experiência na qual estão em jogo não só as resistências daquele fenômeno que está sendo analisado, mas também as resistências do próprio analista, motivo pelo qual o mesmo deve, ele próprio, passar por um trabalho de análise. Pelo caráter interminável de uma análise, decorrente da inesgotabilidade do inconsciente que, por sua vez, implica a impossibilidade de uma purificação psicanalítica do analista (FREUD, 1986 [1937]), a investigação psicanalítica implica, antes de tudo, uma constante indagação dos seus próprios resultados. Ou seja, há uma des-hierarquização dos fatos discursivos produzidos: coloca-se em questão o próprio pesquisador e seus resultados estão sempre passíveis de ser igualmente colocados em análise. Se o modelo da experiência psicanalítica é orientado pela instauração de um campo transferencial, no qual analista e analisando/fenômeno social se colocam em uma constante reconfiguração de posicionamentos, o conhecimento advindo dessa experiência não diz apenas sobre o ‘objeto’ estudado. Na realidade, ele diz tanto mais sobre as demandas e o inconsciente do próprio analista.

Nesse sentido, afirma-se que a psicanálise enquanto método de investigação é orientada muito mais por uma postura ética daquele que a conduz do que por um conjunto de procedimentos técnicos. Essa postura ética encontra nas técnicas – sobretudo na técnica da associação e da atenção flutuante – suas condições de possibilidade, mas não pode se restringir a elas. Pois, ao se deixar em uma conversa entre inconscientes, o psicanalista pré-determina que os resultados encontrados devam promover reflexões e, sobretudo, reposicionamentos subjetivos, em direções que não são pré-estabelecidas. O que só será possível a partir de uma postura de abstinência e pelo respeito ao campo transferencial que, por sua vez, precisa ser orientado pela demanda dos sujeitos e não pelos interesses do pesquisador.

## Considerações Finais: O lugar do subjetivo no social

O ponto de partida deste artigo foi uma indagação acerca das possibilidades de apropriação do social pela psicanálise, algo que, à primeira vista, é um empreendimento impossível e julgado, como afirma Enriquèz (2005), como uma pretensão exorbitante de invadir um campo que não é e não pode ser o campo psicanalítico. Essa suposta impossibilidade se sustenta na concepção da psicanálise como um saber do

individual, concepção esta que é ultrapassada, sobretudo quando se pensa que já no texto freudiano o indivíduo é inseparável da cultura. Esse desenho de individualidade é esboçado já nos primeiros textos de Freud, mas é em 1921 que é exposto de forma direta, em uma passagem que se tornou clássica:

A oposição entre psicologia individual e psicologia social ou das massas, que à primeira vista pode parecer muito significativa, perde boa parte de sua nitidez quando se a considera mais a fundo. [...] Desde o começo, a psicologia individual é também psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente legítimo (FREUD, 1984 [1921], p. 67).

A partir da argumentação feita ao longo do artigo, é possível somar a essa constatação freudiana a afirmação de que o objeto da psicanálise não é o indivíduo, mas o inconsciente, ou uma dimensão inconsciente que está presente nas formações sociais e culturais. A investigação do inconsciente é 'legitimamente' psicanalítica quando efetuada a partir da instauração de uma experiência psicanalítica centrada na transferência. Afinal, é a transferência que caracteriza a psicanálise – em suas vertentes terapêutica, teórica e investigativa – em qualquer campo em que seja utilizada. Os muros que cercam o consultório não cercam a instauração da relação transferencial. A transferência é um fenômeno presente nas relações humanas em geral. Assim sendo, pode-se parafrasear a citação de Freud acima colocada e afirmar, então, que a aparente oposição entre psicanálise individual e psicanálise social (aplicada) perde seu sentido quando se examina mais detidamente.

O que permite que da experiência psicanalítica resultem conhecimentos rigorosamente produzidos é a postura que o psicanalista assume dentro desse campo transferencial. Refere-se a uma postura centrada na regra de abstinência que torna possível a escuta flutuante e, ao mesmo tempo, atenta ao que lhe cabe enquanto analista: a formulação de interpretações nas quais as resistências são colocadas em jogo. É, ainda, uma postura orientada por uma ética, na medida em que o psicanalista se entrega à conversa entre inconscientes, sem pressuposições anteriores, para que dessa conversa emanem as interpretações. Tais interpretações tem por efeito atribuir sentidos aos problemas que, ao longo do trabalho, foram eleitos questões norteadoras da investigação, ou seja, articulados como queixa e vinculados à demanda. Atribuição de sentidos não é sinônimo de respostas finais.

Em *Tótem y Tabú*, Freud (1986 [1913a], p.18) elaborou um mito para tentar explicar o funcionamento da sociedade moderna. No prefácio à primeira edição, ele antecipou que poderia parecer, ao final, que aquela hipótese [mítica] fosse altamente improvável. Contudo, “essa falha não constituirá argumento contra a possibilidade de aproximá-la mais ou menos estreitamente da realidade tão difícil de reconstruir”. Em síntese: pouco importa a verdade factual das respostas que a interpretação produz. O que verdadeiramente interessa à investigação em psicanálise é que respostas outras possam ser pensadas diante dos impasses dos sujeitos em suas vidas, respostas que ponham em movimento o trabalho psíquico de elaboração e produzam mudanças na economia libidinal. Isto significa dizer que interessa à psicanálise promover mudanças nas formas de estabelecimento de laços afetivos e, portanto, sociais, o que certamente muito interessa à psicologia social e pode ter efeitos concretos sobre a sociedade e a cultura, justificando assim a presença do analista nestes territórios aparentemente tão estranhos a sua prática.



## Sobre o artigo

Recebido: 01/05/2012

Aceito: 06/06/2012

## Referências Bibliográficas

- BAREMBLITT, G. **Cinco Lições sobre a Transferência**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BIRMAN, J. **Psicanálise, ciência e cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ENRIQUÈZ, E. Psicanálise e Ciências Sociais. **Ágora**, Rio de Janeiro, n.2, v.VIII, p. 153-174, 2005.
- FERENCZI, S. Prolongamentos da 'técnica ativa' em psicanálise (1921). In: \_\_\_\_\_. **Obras completas**. São Paulo: Martins Fontes, v. III, 1993, p. 109-125.
- FREUD, S. Sobre el psicoanálisis 'silvestre' (1910). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XI, p. 217-227.
- FREUD, S. Consejos ao médico sobre el tratamiento psicoanalítico (1912). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XII, p. 107-120.
- FREUD, S. El interés por el psicoanálisis (1913a). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XIII, p. 165-192.
- FREUD, S. Tótem y Tabú (1913b). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XIII, p. 1-164.
- FREUD, S. Sobre la iniciación del tratamiento (1913c). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XII, p. 121-144.
- FREUD, S. Recordar, repetir y reelaborar (1914). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XII, p. 145-158.
- FREUD, S. Puntualizaciones sobre el amor de transferencia (1915). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XII, p. 159-174.
- FREUD, S. Psicología de las masas y análisis del yo (1921). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1984, v. XVIII, p. 63-136.
- FREUD, S. Dos artículos de enciclopedia: 'Psicoanálisis' y 'Teoría de la libido'(1923). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, v. XVIII, 1984, p. 227-254.
- FREUD, S. El porvenir de una ilusión (1927). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XXI, p. 1-56.
- FREUD, S. El malestar en la cultura (1930). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XXI, p. 57-140.
- FREUD, S. Análisis terminable e interminable (1937). In: \_\_\_\_\_. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1986, v. XXIII, p. 211-254.
- LAPLANCHE, J. Interpretar [com] Freud. In: PONTALIS, J.; LAPLANCHE, J.; ROBERT, M. **Freud**. São Paulo: Documentos, 1969, p. 53-67.
- MEZAN, R. Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões. In: \_\_\_\_\_. **Interfaces da Psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 395-435.
- MEZAN, R. **Freud: a trama dos conceitos**. São Paulo: Perspectiva, 2006.



PLON, M. A face oculta da análise leiga. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 91-108, 1999.

ROSA, M., D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. IV, n.2, p. 329-348, set., 2004.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente; contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, A., T.; SILVA, M.; COSTA-MOURA, F. A técnica dos 'artigos sobre a técnica' e o lugar do psicanalista. In: COSTA-MOURA, F. (Org.). **Psicanálise e laço social**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p.105-118.